

*DOSSIÊ*

| Neoliberalismo  
| e neofascismo

# Neoliberalismo e nazi-fascismo

*OCTÁVIO IANNI\**

Sob o neoliberalismo, recriam-se as condições e os ingredientes do nazifascismo. A despeito de se apresentarem como guardiães e arautos da democracia, afirmam e reafirmam o predomínio da economia, produtividade, competitividade, lucratividade e racionalidade instrumental. Identificam cartão de crédito e consumismo com cidadania, concentração do capital com progresso, multiplicação de corporações com cosmopolitismo, desterritorialização das forças produtivas com ocidentalização do mundo, disneylândia global com o fim da história. É evidente o predomínio da lógica do capital em praticamente todas as esferas da vida social. Sob vários aspectos, o neoliberalismo implica a crescente administração das atividades e idéias de indivíduos e coletividade. Algo que se desenvolve com o fascismo e o nazismo, nas década de vinte, trinta e quarenta, continua a desenvolver-se no curso da Guerra Fria e subsiste depois desta. De modo difuso ou organizado, incipiente ou evidente, são diversos os ingredientes nazi-fascistas presentes no jogo das forças sociais que se desenvolvem com a globalização neoliberal, pelo alto.

O predomínio do neoliberalismo, como prática e ideologia, leva consigo não só uma guerra sem fim contra o socialismo, mas também contra a social-democracia. Manteve e mantém uma campanha inexorável contra tudo o que possa ser ou parecer “social”, de modo a priorizar tudo o que possa ser ou parecer “econômico”. Em lugar do planejamento, o mercado; em substituição ao coletivismo, o individualismo; em vez de socialismo ou social-democracia, o capitalismo; mas sempre preservando e aperfeiçoando o planejamento das corporações transnacionais e das organizações multilaterais, inclusive para fazer face às crises do capitalismo. Essa já era uma linha mestra de atuação do liberalismo no século XIX dezanove e boa parte do atual. Essa tem sido e continua a ser a linha mestra do neoliberalismo, durante e depois da Guerra Fria. A globalização de que se fala em todo o mundo significa principalmente globalização do capitalismo, mas de um capitalismo no qual predomina o

\* Professor do Departamento de Sociologia da Unicamp.

neoliberalismo, sempre combatendo duramente tudo o que é social tanto no socialismo como na social-democracia.

De acordo com a ideologia e prática do neoliberalismo, trata-se de alterar hábitos, atitudes, expectativas, procedimentos, instituições e ideais, de modo a abrir ao máximo os espaços para o mercado, a iniciativa privada, a empresa, a corporação e o conglomerado. Deixar que os “fatores da produção” desenvolvam-se livre e abertamente, além dos territórios e fronteiras, de tal maneira que o florescimento do capitalismo propicie o florescimento da “liberdade”. Tudo deve ser condicionado à dinâmica da economia, do mercado, dos fatores da produção, da livre iniciativa, da corporação, da acumulação, da reprodução ampliada do capital, de tal modo que tudo o que possa ser social, político e cultural seja visto como encadeado, influenciado ou determinado pela dinâmica da economia.<sup>1</sup>

Essa tem sido e continua a ser a fábrica de tensões, fragmentações e contradições, na qual se produzem e reproduzem os grupos e as classes subalternos, as subclasses, o desemprego estrutural, o pauperismo e a lumpenização. Daí as reivindicações, os protestos e as lutas sociais, com frequência mesclados de etnicismos, xenofobias, racismos, sexismos, fundamentalismos e outras expressões das desigualdades sociais multiplicadas pelo mundo afora.

Simultaneamente, essa tem sido e continua a ser a fábrica na qual se produzem as ideologias e as práticas nazi-fascistas. A mesma guerra do neoliberalismo contra a social-democracia e o socialismo, agravando e generalizando as tensões, contradições e lutas sociais, favorece a fabricação e a generalização de ideologias, organizações e práticas nazi-fascistas.

A cultura nazi-fascista não pode ser vista como algo exclusivo da Alemanha de Hitler, da Itália de Mussolini e do Japão de Hiroito. Revelou-se também na Áustria, França, Inglaterra, Espanha, Portugal, ressoando inclusive em países latino-americanos, asiáticos e africanos. Formou-se em uma conjuntura mundial de crise social de ampla envergadura, compreendendo a economia, a política e a cultura, no curso da década de 20 e continuando nas décadas posteriores. Foi também uma reação ao ascenso da revolução social organizada com base em idéias socialistas, comunistas ou marxistas. Sob certo aspecto, a vitória da revolução bolchevique na Rússia e as explosões revolucionárias na Alemanha, Itália e outras nações, dando continuidade à guerra civil já embutida na Primeira Guerra Mundial (1914-18), tudo isso propiciou a organização e a dinamização de forças sociais conservadoras, reacionárias, fascistas e nazistas em diferentes países.

1. Milton Friedman, *Capitalismo e liberdade*, Abril Cultural, São Paulo, 1984; Friedrich A. Hayek, *O caminho da servidão*, 2ª edição, Editora Globo, Porto Alegre, 1977.

Sob vários aspectos, a Segunda Guerra Mundial (1939-45) não é apenas uma decorrência da grande crise econômica mundial iniciada com o *crash* da Bolsa de Nova York em 1929. É também o produto do agravamento das tensões e contradições entre nações imperialistas, ou com vocação imperialista, bem como de tensões e contradições de classes em âmbito internacional. Nesse sentido é que a Guerra Civil Espanhola (1936-39) pode ser vista como a eclosão de uma vasta guerra civil mundial, atravessada por guerras de nações. Uma guerra civil desdobrando-se pelas décadas seguintes, compreendendo a Guerra Fria (1946-89).

Sim, é possível dizer que o nazi-fascismo desenvolve-se pelo mundo afora desde a Primeira Guerra Mundial. Com altos e baixos, transforma-se em uma ativa e agressiva cultura política, envolvendo os interesses dos grupos e classes ou blocos de poder dominantes, em geral mobilizando setores sociais médios e, em certos casos, também operários e camponeses. Tem sido simultaneamente: regime político, cultura política, técnica de conquista e manutenção do poder, modo de organização e mobilização de setores subalternos e mitos racistas de eugenia ou purificação racial. No caso da Alemanha nazista, levava consigo o mito do arianismo, da raça superior, eleita, cumprindo sua “missão civilizatória” em povos e nações aliados, cooptados ou conquistados. Algo semelhante irrompe aqui e acolá em diferentes países, no curso do século XX. Em distintas gradações, devido às peculiaridades socioculturais, econômico-políticas e históricas de cada país, o nazi-fascismo tem sido uma corrente política mais ou menos presente e ativa em diversas partes do mundo. Pode ser visto como tendência sempre presente, umas vezes ativa e outras subjacente, em distintas sociedades de classe, burguesas, capitalistas. Ainda que os grupos e classes ou blocos de poder dominante nessas sociedades com frequência afirmem o seu compromisso neoliberal com a democracia, a liberdade, o livre comércio e o mercado, a verdade é que a sua “religião” tem sido o nazi-fascismo. Marx e Engels disseram, no século dezenove, que o bonapartismo era a verdadeira “religião” da burguesia. No século vinte, talvez se possa dizer que o nazi-fascismo tem sido ao menos uma das religiões das classes, grupos ou blocos de poder dominantes.

São freqüentes os surtos de nazi-fascismo no século XX, em diferentes partes do mundo. Sob a Guerra Fria, foi amplamente cultivado, propagado e aplicado, principalmente pelos governantes norte-americanos, nos desenvolvimentos da sua “diplomacia total”. Enquanto uma contra-revolução mundial permanente, a Guerra Fria apoiou-se continuamente nas técnicas políticas de tipo nazi-fascista. Sob vários aspectos, a Guerra Fria foi uma época de polarizações ideológicas radicais, maniqueístas, posta em prática pelos governantes dos Estados Unidos e de países europeus; e secundada pelos governantes da União Soviética. Uma guerra na qual os Estados Unidos, a Europa Ocidental e o Japão acabaram vencendo a União Soviética e provocando a debacle do mundo socialista.

Esse o contexto em que os governantes dos Estados Unidos dedicam-se a organizar e promover a desestabilização de governos, os golpes de Estado, os bloqueios econômicos. Tanto se protegem e sustentam tiranos como se criminalizam organizações e manifestações de grupos e classes subalternos; tanto se incentiva a militarização do poder político governamental como se promovem os grupos paramilitares clandestinos destinados a operação de terrorismo político.

A “diplomacia total” desenvolvida pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria compreendia a criação, recriação e difusão de ingredientes nazi-fascistas. São ingredientes presentes não somente na atuação dos governos norte-americanos no que se chamou de Terceiro Mundo, mas também no próprio interior dos Estados Unidos. O macarthismo dos anos 50 e 60 revela-se nitidamente uma versão norte-americana de nazi-fascismo. Isto é, a mesma guerra ideológica montada contra a União Soviética e as revoluções nacionais e sociais nos países do Terceiro Mundo, germinou no interior da sociedade norte-americana a intolerância e o fundamentalismo, ou a satanização de outras formas de organização da vida e trabalho, tanto quanto de modos de ser e pensar.<sup>2</sup>

Mas essa cultura continua a germinar após o término da Guerra Fria; e manifesta-se em diversas sociedades, inclusive do ex-Primeiro Mundo. Na época em que se intensificam e generalizam os processos e as estruturas da globalização, compreendendo migrações, desemprego estrutural, xenofobias, etnicismos, racismos e fundamentalismos religiosos e culturais, reativam-se as manifestações nazi-fascistas nos Estados Unidos, Alemanha, França e outras nações.

O capitalismo global não fermenta apenas o neoliberalismo, fermenta também o nazi-fascismo. O nazi-fascismo pode ser visto como um produto extremo e exacerbado das mesmas forças sociais predominantes na fábrica da sociedade mundial administrada em moldes neoliberais. Uma fábrica na qual se fabricam e refabricam desigualdades, tensões e contradições atravessando todo o edifício.

O neoliberalismo parece radicalizar o “desencadeamento do mundo”, mas desenvolvendo principalmente as práticas e as idéias mais características da “razão instrumental”. Muito do que são as formas de sociabilidade em todos os níveis e em âmbito local, nacional, regional e mundial tende a ser equacionado em termos tecnocráticos. Sob o neoliberalismo, como prática e ideologia desenvolvem-se muitíssimo, as

2. Lillian Hellman, *A caça às bruxas*, de Tonie Thonson, Livraria Francisco Alves Editora, Rio de Janeiro, 1981; Noam Chomsky e Edward S. Herman, *Banhos de sangue*, trad. de Maria do Carmo Pizarro, Difel, São Paulo, 1976; Martin Walker, *The Cold War*, Vintage, Londres, 1993; David Horowitz, *From Yalta to Vietnam*, Pilican Book, Londres, 1971; Richard J. Barnet, *Intervention and revolution*, Meridian Books, Nova York, 1968.

técnicas de organização, produção, administração, informação, comunicação e controle das atividades sociais em geral, compreendendo a economia, a política e a cultura, em quase tudo é material e espiritual, ou real e imaginário. Os princípios da eficácia, produtividade, competitividade e lucratividade, lado a lado com a racionalização das instituições, organizações, empresas e corporações públicas e privadas, nacionais e transnacionais, tendem a generalizar-se e a predominar. As tecnologias de todos os tipos, das mecânicas às eletrônicas, das reais às virtuais, multiplicam-se em escala acelerada, influenciando a produção, comunicação, informação e controle. Aos poucos, tudo parece organizado e em movimento, em âmbito mundial, como uma vasta e complexa teia de redes atravessando as coisas, as gentes e as idéias.<sup>3</sup>

O mundo neoliberal tende a ser não só um mundo sistêmico mas também tecnocrático; mesmo porque ambos fundam-se na mesma razão instrumental. Sendo assim, está composto o ambiente e o cenário das organizações, redes, *internets* e outras modalidades de articulação, agilização, administração, produção, controle e mando que garantem a vigência e o predomínio das associações, blocos ou estruturas mundiais de poder. Aos poucos, os “progressos” das tecnologias de todo tipo garantem a vigência, o predomínio e a abrangência de formas autoritárias, autocráticas ou simplesmente totalitárias de gestão das formas de produção, circulação, troca e consumo, em âmbito local, nacional, regional e mundial.

Uma parte importante da cultura nazi-fascista aparece na indústria cultural. O modo pelo qual essa indústria lida com os fatos e os elementos que os compõem, com frequência implica na exacerbação da violência, em detrimento de outros significados também fundamentais dos mesmos fatos, ainda que brutais. Sendo que essa exacerbação de aspectos “surpreendentes”, “chocantes”, “brutais” ou “violentos” tem sido enfatizada pela manipulação da imagem. A imagem, uma força excepcional de comunicação, tem sido exacerbada ou hipertrofiada pela indústria cultural, de modo a causar impacto, desafiar as emoções de espectadores e audiências. Isso é o que se pode observar em filmes, vídeos, reportagens, novelas, programas de auditório. O apelo a cenas surpreendentes e impactantes logo traz consigo cenas chocantes ou brutais. Ocorre uma espécie de estetização da violência. São cenas ou seqüências inspiradas em fatos ou ficções, por meio dos quais é exacerbada a brutalidade colorida, sonora, plástica, multimídia; tudo altamente estetizado.<sup>4</sup>

3. Manuel Castells, *The rise of the network society*, Blackwell Publishers, Cambridge, 1996.

4. Win Wenders, *Emotion pictures*, Edições 70, Lisboa, 1989; Cynthia Schneider e Brian Wallis (Organizadores), *Global television*, Wedge Press, Cambridge, Mass., 1988; Wilson Bryan Key, *A era da manipulação*, trad. de Iara Biderman, Scritta Editorial, São Paulo, 1993.

Nesse sentido é que a indústria cultural tem sido, também, uma ativa fábrica da cultura nazi-fascista. Com frequência prioriza, enfatiza ou exacerba uma dimensão dos fatos, do que se pode considerar como um registro de acontecimentos, mas acentuando apenas, ou principalmente, um aspecto, precisamente o que se supõe como espetacular ou o que se fabrica como espetacular. Aí pode florescer uma parte importante da cultura nazi-fascista, o culto da violência, alimentando a subjetividade de leitores, espectadores e audiências em todo o mundo.

Em escala crescente, aplicam-se conhecimentos científicos na administração das formas de sociabilidade e de comportamento, assim como no jogo de forças sociais. Aqueles que detêm os instrumentos de poder, não só econômicos e políticos, ou técnicos e administrativos, mas também culturais, dedicam-se a aprimorar e desenvolver as mais diversas técnicas sociais, de modo a aprimorar e desenvolver a produção e reprodução da sociedade, em todos os seus níveis. São técnicas de produção e reprodução que operam, simultaneamente, como técnicas de controle, administração, tutela, manipulação, regulação, de conformidade com o jogo de forças sociais dominantes, presentes e ativas.

A luz do que aprendemos ultimamente, tornou-se evidente que o controle das atitudes divergentes pela repressão, no final de contas, é menos eficaz do que o controle pelo reforçamento das atitudes de satisfação por meio de recompensas. No conjunto, enquanto técnica de governo, o terror é menos eficaz do que a manipulação não violenta do meio, dos pensamentos e dos sentimentos do indivíduo.<sup>5</sup>

É assim que se dá a drástica e brutal, ou paulatina e sutil, metamorfose das técnicas de organização, produção e administração, em técnicas de dominação e apropriação, compreendendo não só a economia e a política, mas também a cultura, em geral mobilizando conhecimentos científicos diversos transformados em técnicas e tecnologias que parecem organizatórias, produtivas e administrativas.

Chegamos à convicção de que a sociedade se desenvolverá no sentido de um mundo administrativo totalitariamente. Que tudo será regulado, tudo!... Então será possível regular-se tudo automaticamente, seja quando se trata da administração do Estado, seja quando se trata da regulamentação do tráfico ou da regulamentação do consumo.<sup>6</sup>

5. Aldous Huxley, *Retour au meilleur des mondes*, Pocket n° 1645, Paris, 1996, p. 11. Citado por Ignacio Romanet, "L'idéal démocratique dévoyé", *Le Monde Diplomatique*, Paris, maio de 1997, p. 11.

6. Max Horkheimer, *Sociedad en transición* (Estudios de Filosofía Social), Ediciones Península, Barcelona, 1976, cap. 5, "La teoría crítica, ayer y hoy", p. 59. Consultar também: Herbert Marcuse, *A ideologia da sociedade industrial*, trad. de Giasone Rebuga, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1967.

Na medida em que se desenvolve o capitalismo, intensiva e extensivamente, desenvolvem-se todos os tipos de tecnologias mecânicas e eletrônicas, organizatórias e sociais, produtivas e virtuais, destinadas a desenvolver a produção, comercialização e consumo, tanto quanto a administração, a regulação e o controle, em todos os setores da vida social, em âmbito nacional e mundial.

Está em curso o processo de “desencantamento do mundo”, mas com base na intensificação e generalização de práticas e idéias inspiradas na razão instrumental; traduzidas em pragmatismo, racionalização, modernização, etc. Nos termos em que se realiza, essa racionalidade aperfeiçoa, intensifica e generaliza os desenvolvimentos das forças produtivas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho social, o mercado, o planejamento e a violência organizada e concentrada. Simultaneamente, expandem-se as tecnologias publicitárias e a indústria cultural, esferas nas quais combinam-se muitos dos elementos materiais e culturais constitutivos da sociabilidade e racionalidade, produtiva e lucratividade, consumismo e cidadania, ou felicidade e humanidade, próprios das práticas e ideais do neoliberalismo.

Por dentro desse mundo sistêmico, governado principalmente pela razão instrumental operada segundo os interesses das organizações, corporações, estruturas ou blocos de poder com os quais se dá a globalização pelo alto, por dentro desse mundo sistêmico multiplicam-se e generalizam-se as desigualdades e intolerâncias de todo os tipos. Desenvolvem-se fundamentalismos religiosos, políticos e culturais, por meio dos quais manifestam-se o europeísmo, o americanismo, o cristianismo e o ocidentalismo, apresentados como diferentes e superiores às formas socioculturais asiáticas, africanas e latino-americanas.

Satanizam-se os “outros” povos, compreendendo tribos e nações, culturas e civilizações. Criminalizam-se indivíduos e coletividades, ou povos, tribos e nações, de modo a segregá-los, confiná-los e dominá-los; sempre em nome da modernização, ocidentalização e cristianização, em geral colaborando com o florescimento e a expressão do capitalismo.<sup>7</sup>

Por dentro desse mundo sistêmico, germinam as desigualdades e os antagonismos, atravessando tribos, nações e nacionalidades, territórios e fronteiras, continentes, ilhas e arquipélagos. O mundo todo revela-se atravessado pelo desemprego estrutural, as subclasses, o pauperismo, a lumpenização, a xenofobia, o etnicismo, o racismo, o fundamentalismo, o terrorismo de estado, a criminalização de setores sociais subalternos, a satanização dos “outros”. Simultaneamente, esses fenômenos manifestam-

7. Samuel P. Huntington, *O choque de civilizações (e a recomposição da ordem mundial)*, trad. de M. H. C. Côrtes, Objetiva, Rio de Janeiro, 1997; Zbigniew Brzezinski, *Out of control (Global turmoil on the eve of the 21st century)*, A Touchstone Book, Nova York, 1995.

se em todas as partes do mundo, nas sociedades subalternas e nas dominantes, periféricas e centrais, ao Sul e ao Norte. O que se apresentava imaginariamente como distante das e alheios às nações dominantes, como se estas fossem naturalmente imunes, logo se revela geral e mundial, já que são produtos da mesma fábrica global.

Lancemos um olhar sobre o mapa-mundi. Podemos localizar as guerras em regiões longínquas, principalmente no Terceiro Mundo. Falamos de subdesenvolvimento, anacronismo, fundamentalismo. Parece-nos que a incompreensível luta transcorre a grande distância. Mas isso é engano. Há muito que a guerra civil penetrou nas metrópoles. Suas metáteses pertencem ao cotidiano das grandes cidades, não só de Lima e Johannesburgo, de Bombaim e Rio de Janeiro, mas de Paris e Berlim, Detroit e Birmingham, Milão e Hamburgo. Dela não participam apenas terroristas e agentes secretos, mafiosos e *skinheads*, traficantes de drogas e esquadrões da morte, neonazistas e segurança, mas também cidadãos discretos que à noite se transformam em *hooligans*, incendiários, dementes violentos e *serial killers*. Como nas guerras africanas, esses seres mutantes são cada vez mais jovens. Enganamo-nos em acreditar que vivemos em paz só porque podemos ir à padaria sem que sejamos atingidos pelos disparos de um franco-atirador. A guerra civil não vem de fora; não é um vírus adquirido, mas um processo endógeno. (...) Em nível mundial trabalha-se no fortalecimento de fronteiras contra os bárbaros. Mas no interior das metrópoles formam-se também arquipélagos de segurança rigorosamente guardados. Nas grandes cidades americanas, africanas e asiáticas já existem há tempos os *bunkers* dos felizardos, cercados por altos muros e arame farpado. Às vezes são bairros inteiros, nos quais se pode entrar apenas com permissões especiais. A passagem é controlada por barreiras, câmaras eletrônicas e cães treinados. Guardas armados de metralhadoras complementam de suas torres a segurança da região. O paralelo com os campos de concentração é evidente, com apenas a diferença de que aqui é o mundo exterior que é visto como zona potencial de extermínio. Os privilegiados pagam pelo luxo com o total isolamento: eles se tornaram presas de sua própria segurança.<sup>8</sup>

Em diferentes segmentos da sociedade global, o nazi-fascismo tem sido intermitente, difuso, esporádico e evidente. Há organizações, partidos políticos e movimentos sociais nazi-fascistas nos Estados Unidos, Alemanha, França e outras nações ocidentais ou ocidentalizadas. Também no Japão, Coreia do Sul e Indonésia têm-se manifestado práticas e idéias desse tipo. Na mesma medida que a globalização do capitalismo sacode os territórios e as fronteiras, abalando simultaneamente os quadros sociais e mentais de referência, nessa mesma medida a globalização provoca ou mesmo facilita ressurgências. São localismos e regionalismos de todos os

8. Hans Magnus Enzensberger, *Guerra civil*, trad. de Marcos Branda Lacerda e Sérgio Flaksman, Companhia das Letras, São Paulo, 1995, p. 15 e 40. Consultar também: Noam Chomsky, *Novas e velhas ordens mundiais*, trad. de Paulo Roberto Coutinho, Scritta, São Paulo, 1996; "Doctors without borders", *World in crisis (The politics of survival at the end of the 20th century)*, Routledge, Londres, 1997.

tipos que se manifestam, juntamente com racismo e fundamentalismo ou metamorfoses de darwnismos sociais e arianismos.

Esse é o clima no qual se desenvolve todo um vasto e sofisticado processo de satanização do islamismo. A pretexto de combater o fundamentalismo ou integralismo, satanizam-se indivíduos, coletividades, povos, nações e nacionalidades, em geral árabes ou islamizados.

O que está em jogo, nesses casos, não é apenas a religião, mas também ela. Estão em jogo as bases econômicas desses países, os seus regimes políticos, as suas organizações e empresas nacionais, os seus significados nas cartografias geopolíticas dos Estado Unidos, Alemanha, França, Inglaterra, Japão, Rússia e China. Para alguns desses governos e para muitas corporações transnacionais, o que está em causa é a reabertura de fronteiras econômicas. Trata-se de contornar, acomodar, submeter ou destruir os obstáculos socioculturais, políticos e econômicos à expansão do capitalismo.

Esse é o contexto no qual se desenvolve a satanização do islamismo em geral e do fundamentalismo em especial. E essa é uma satanização que se realiza não somente em nome do secularismo, ou da substituição da religião pela política, como fundamento da organização nacional; é uma satanização na qual se busca difundir o cristianismo como religião mundial.<sup>9</sup>

9. Gilles Kepel, *A revanche de deus (cristãos, judeus e muçulmanos na reconquista do mundo)*, trad. de J. E. Smith Caldas, Siciliano, São Paulo, 1991.

# Neoliberalismo e neofascismo — *és lo mismo pero no és igual?*

REGINALDO C. MORAES\*

Como se sabe, o neoliberalismo não tem meias palavras para nomear seus inimigos: a democracia de massas e seus perversos filhos, o Estado de bem-estar e os sindicatos. As maldições são pronunciadas em nome de valores que se pretendem apriorísticos e universais, de natureza ética e política: esses demônios ameaçam a liberdade e qualquer possibilidade de ordem no mundo humano. Mas não deixam de apelar também a um critério consequencialista: os juízos são igualmente fundados em supostos critérios de eficiência e progresso. Adotando um diagnóstico apocalíptico, o novo fundamentalismo de mercado prepara uma receita salvacionista franca e ousadamente conservadora: subjugar os sindicatos e impor duras reformas econômicas, “libertando” o capital dos controles que lhes haviam sido impostos por duzentos anos de lutas populares.

Os principais traços das reformas neoliberais são praticamente os mesmos em todos os cantos do planeta: redefinição (e limitação) das funções do Estado e de suas despesas; redução do número de funcionários das entidades públicas e parapúblicas, o que, por exemplo, impõe a revisão dos sistemas previdenciários, bem como de toda a legislação social; desregulamentação e privatizações, pelas quais se alega submeter serviços públicos à vigilância saneadora da concorrência. O catecismo é repetido, mude a geografia ou a ocasião, e também a nós cabe lembrá-lo, ainda que repetidamente. A reforma do Estado deveria transferir ao setor privado as atividades produtivas em que este indevidamente se metera. Ao mesmo tempo, afirma-se a infalível e incorruptível disciplina do mercado, sempre superior às vãs atividades regulatórias: diminuamos pois interferência dos poderes públicos sobre os empreendimentos privados, eliminando as “pressões fiscais”, apresentadas como insuportáveis e desestimuladoras,

\* Professor do Departamento de Ciência Política da Unicamp.

as políticas redistributivas, tidas como paternalistas e desastrosas, a interferência “abusiva” dos poderes públicos nos contratos entre particulares (normas sobre aluguéis, direito do trabalho e previdência, mensalidades escolares, etc.).

Paralelamente ao enfraquecimento das soberanias nacionais, elege-se uma nova soberania, monitoradora das políticas nacionais, e com sede privilegiada em Washington (ou Nova York). OMC, AMI, *fast-track*, o noticiário econômico dos grandes jornais traçam o perfil do admirável mundo novo em que o capital e seus representantes políticos finalmente ficariam livres da chantagem do sufrágio e da “*accountability*” democrática.

Para os trabalhadores, as mudanças significam autênticos terremotos. Anuncia-se como benção o fim do assalariamento clássico e da lógica dos “empregos permanentes”, ou melhor, daquilo que as lutas trabalhistas haviam imposto à economia política do patronato: acordos e regulamentos protetores, salários calculados automaticamente a partir de convenções coletivas detalhadas. Anunciam-se novas formas de organização do trabalho e da empresa, livres e criativas, calcadas na gestão e contratação flexíveis, nos ajustes permanentes na duração e na qualidade do trabalho, no vínculo estrito entre remuneração e desempenho, na individualização dessas remunerações. No delicado terreno dos “destinos sociais”, impõe-se a lógica de percursos profissionais não padronizados, os chamados ziguezagues na história de vida profissional: você nunca sabe o que vai ser amanhã e depois de amanhã — e isso é bom, muito bom para você.

O neoliberalismo econômico leva a uma política conservadora — e seus propagandistas, de Hayek a James Buchanan, jamais esconderam a pretensão de colocar limites drásticos às “irresponsabilidades” da democracia de massas. Terá isso identidade com o renascimento de movimentos de ultradireita, do tipo fascista? É certo que não existe um fosso intransponível entre essas doutrinas antidemocráticas e os movimentos neofascistas recentes. É certo ainda que namoros e parcerias existiram a todo momento entre eles. A esse respeito é curiosa uma observação de um crítico de Hayek, sobre o sucesso de seu livro contra os “totalitarismos”, o *Caminho da servidão*, no qual nazismo e comunismo eram apontados como irmãos gêmeos. O paradoxo apontado é o seguinte: procurem ver quem são aqueles que mais se entusiasmam com o panfleto supostamente antitotalitário de Hayek e vejam quais eram suas preferências (e militâncias) políticas alguns anos antes, quando o nazi-fascismo ainda prometia futuro... Experimente esse mesmo exercício para o caso brasileiro...

Mas, para o bem da compreensão teórica e dos desafios prático-políticos, é preciso distinguir esses dois fenômenos, *que são efetivamente distintos*.

Como se sabe, mas nunca é demais repetir, o ascenso do fascismo é demarcado por uma grave crise das condições de reprodução do capital — e representa uma radical alteração, pela força, dessas condições e dos impasses nelas reinantes. É correto identificar a natureza de classe do nazi-fascismo, com a célebre pergunta dos advogados: a quem interessa o crime, afinal? Com o acréscimo operacional: quem financiou o executor? Mas é preciso mais do que isso. É preciso indagar porque e como o nazi-fascismo se transformou em um movimento de massas.

O fascismo germina dentro de uma certa lacuna operacional, diria um observador “pragmático”. Uma ditadura militar ou um estado policial revelam-se insuficientes para derrotar a classe trabalhadora, atomizá-la, destruindo suas organizações, desmoralizando-a e condenando-a à resignação e à obediência. Para esse serviço, torna-se necessário um movimento de massas, no qual exerce papel decisivo uma pequena burguesia atingida pela crise — mas também as parcelas do proletariado e do subproletariado marginalizadas por essa mesma crise. Inflação, falências, desemprego, degradação das profissões e dos *status* sociais conduzem a um desespero de massas e a um movimento freqüentemente povoado de reminiscências ideológicas, de rancor, nacionalismo e de uma certa demagogia ... anticapitalista — uma demagogia voltada para formas específicas do capitalismo, em que são satanizados os usurários, os atravessadores, os tubarões, os monopólios, o capital ocioso (mas não o ancestral e mitológico capital “criador de trabalho e de riqueza”), uma demagogia exacerbada e ao mesmo tempo prudente, já que não se volta contra o próprio instituto da propriedade privada.

O Estado forte neoliberal, à la Reagan-Thatcher (com o notável *upgrade* Pinochet), ataca sistematicamente os direitos democráticos e sociais — leis de exceção, medidas de emergência (ou medidas ditas “provisórias”), decretos antigreves, penalização de sindicatos, manipulação da informação, supremacia do executivo, legislação por decreto e suspensão de garantias constitucionais, subtração de decisões econômicas de grande porte ao controle público (seja pela via da privatização, seja pela desregulamentação legal). É certo que a aceitação passiva de tais ataques aos direitos democráticos torna cada vez maiores o apetite e a confiança da classe dominante. Se o movimento operário cede diante de tais ataques, na primeira oportunidade ou no primeiro impasse em que tais retaliações autoritárias se mostrem insuficientes, um aventureiro audaz e inteligente — e nesse momento já com o apoio de um movimento de massas e financiamento do grande capital — tomará o cetro para exterminar de vez a resistência.

Mas há ainda um outro aspecto em que a evolução do “Estado forte” implicado pelas *market orient reforms* de nossos neoliberais pode avizinhar-se do neofascismo — ou talvez seja melhor dizer: pode *nos*

avizinhar do fascismo. E isto diz respeito, diretamente, aos próprios resultados socioeconômicos de seus atos.

Das reformas neoliberais surgem, como cogumelos, suas novas elites *yuppies*, os novos “empreendedores” e “reengenheiros” do mundo financeiro e gerencial, *los perfumados*, como se dizia no México por ocasião dos últimos terremotos econômicos. Ao mesmo tempo, dissolvem-se, mais ou menos rapidamente, mas sempre com notável clareza, as bases políticas do velho conservadorismo. O novo Estado forte é cada vez mais subtraído a velhas formas de *accountability* — deliberadamente, e quase por definição, ele é algo imune a controle social (e sobretudo eleitoral). Junte-se a tudo isso o ingrediente da exclusão estrutural, conduzindo segmentos cada vez maiores da humanidade a uma situação instável e desesperadora. Estão criadas as condições propícias ao ascenso de soluções de emergência que de outro modo seriam vistas como inviáveis, indesejáveis ou até mesmo impensáveis.

Quando Hayek expôs seu plano de reforma política e sua crítica ao Estado de bem-estar, há algumas décadas, um de seus críticos lembrou que aquele modelo político era de tal maneira imune à crítica e à mudança que só restaria um caminho aos dissidentes (e quantos seriam, com o tempo?): o desespero e a insurreição. A reforma do Estado pregada pelos neoliberais pretende criar uma espécie de Estado gerencial, enxuto, que ao invés de assumir tarefas produtivas e de prestação de serviços, monta comitês e agências encarregadas de controlar e contratar serviços prestados por empresas privadas, justamente aquelas que teriam adquirido entidades anteriormente estatais. Notemos que as instituições do “Estado velho” eram, pelo menos em princípio, subordinadas ao controle de organismos políticos eleitos (congresso, assembleias estaduais, câmaras municipais, etc.) ou à fiscalização judicial dos atos e contas públicas. As novas agências controladoras são instituições ultrapoderosas, mas de fato imunes a qualquer forma de controle efetivo, instituições que tendem cada vez mais a não responder diante de qualquer soberania política. Não podem ser controladas — mas também não podem (e não pretendem) ser legitimadas por instituições democráticas convencionais. E esse é um fator de instabilidade política não desprezível.

Mas há outro resultado inquietante. O fundamentalismo de mercado neoliberal firma suas bases de apoio numa aposta perigosa, a aposta de que o mercado não regulado produz crescimento contínuo, amplia as oportunidades econômicas e sociais, assim como as escolhas e acessos ao consumo. Mas o que ocorre diante da possibilidade de uma falha na aposta? A insegurança diante dos riscos e as flutuações econômicas do mercado são seus filhos legítimos e esperados — e, na mitologia neoliberal, o sucesso depende justamente da não-garantia de sobrevivência, uma vez

que é nesta que germinam (ou são forçados a germinar) o empenho e a criatividade dos empreendedores.

A falência da utopia neoliberal é algo previsível do ponto de vista lógico e, para milhões de seres humanos no planeta, algo já empiricamente constatado e vivenciado. Está aberto o campo para movimentos políticos não apenas não-liberais, mas radicalmente antiliberais. Níveis de insegurança sem precedentes são impostos a segmentos populacionais de massa, provocando terremotos na sua vida e nas suas expectativas. Lembremos os resultados humanos (ou desumanos) das reformas econômicas e das reestruturações produtivas em andamento em todo o mundo. De modo brutal, eles mostram a parcelas enormes da humanidade que elas são cada vez mais “dispensáveis” — no limite, o mundo econômico pode girar sem grandes problemas apesar da eliminação completa de muita, muita gente. Em certa medida, parece até que giraria melhor sem esses “trastes” incômodos, conforme alerta o pungente livro de Viviane Forrester (*O horror econômico*, Editora Unesp, São Paulo, 1997).

Durante mais de um século, movimentos operários, socialistas e democráticos haviam imposto ao capital restrições reguladoras que impediram a ação bárbara do moinho satânico do mercado, para usar a expressão celebrizada pelo conhecido livro de Karl Polanyi. São esses “entraves” à suposta ordem natural das coisas que a contra-revolução neoliberal quer eliminar. Ela prepara a emergência de um mundo novo bem pouco admirável, somando apatia política, desilusões e desmoralizações ideológicas, insegurança econômica e atomização social. Como, além disso, se trata de uma sociedade que pode “dispensar” da inclusão social — e da própria sobrevivência física — uma parte crescente dos seres humanos, está pronto o caldo de cultura propício às soluções de desespero. E como se sabe, desespero e insegurança são péssimos conselheiros.

A política neoliberal não é a da mobilização neofascista, mas pode ser o pavimentador dessa outra via da contra-revolução. Apatia política e desilusões com as saídas convencionais, desmanche de tradições políticas, sociais e culturais que outrora costuravam e resguardavam a sociedade, ausência de saídas progressistas confiáveis (elas mesmas mergulhadas na desilusão e na desmoralização) — tudo isso prepara o caminho para a emergência de um louco que tenha soluções radicais, aquelas que parecem ser o único ponto firme num mundo em que tudo naufraga, grito que *parece* ter espírito num mundo sem espírito. O fascismo é assim, de certo modo, um sintoma de males profundos, mas tem o cuidado de não se apresentar como sintoma, mas, antes, como remédio — amargo, necessário e... o único que nos sobra.

Para segmentos cada vez maiores da população, mesmo no admirável Primeiro Mundo, perfila-se no horizonte próximo uma vida sem perspectivas e sem sonhos. Ao mesmo tempo, nos noticiários das prateadas antenas de TV a cabo, desfila a morte lenta e letárgica das multidões descartáveis, na África, na Europa do Leste, na Ásia ou na América Latina, mas também em bolsões cada vez mais significativos dos países avançados. Tudo isso deveria lembrar que o desespero jamais inspirou bons conselhos. Afinal, a manada pode discordar dessa caminhada silenciosa para o abate, passando da letargia às opções históricas, afinal tão “racionais” quanto as anteriores.

Se a barbárie em curso não tiver barrados seus empreendimentos macabros, nas lutas políticas que se desdobram em cada pequeno canto do planeta, não deixarão de surgir essas alternativas desesperadas, prometendo soluções finais para a insegurança, o risco, a precariedade da vida e a ameaça de morte. Um pintor louco com um pequeno bigode são apenas um homem e um bigode. Até que, numa nação de humilhados e ofendidos, recebe aplausos da multidão e recursos dos banqueiros, transformando-se *ipso facto* em estadista e condutor de destinos. Neoliberalismo, neofascismo. *És igual, pero no és lo mismo* — ou devemos dizer: *és lo mismo pero no és igual?*

# Contra o neoliberalismo — mas de que jeito?

WOLFGANG FRITZ HAUG\*

Desde que os zapatistas designaram a Caixa de Pandora da qual se originam tantos sofrimentos que atingem hoje a humanidade em escala mundial, foi este nome ouvido conscientemente por muitos pela primeira vez: neoliberalismo. Quando os zapatistas convocaram “um encontro intergaláctico contra o neoliberalismo e pela humanidade” e encarregaram o “Grupo-Chiapas” berlinense da realização do encontro preparatório europeu, os membros deste grupo ficaram espantados e até mesmo surpresos com esse nome que não lhes dizia nada — “neoliberalismo”. Retrospectivamente, esse espanto tem um efeito duplamente surpreendente.

É compreensível, tanto de um ponto de vista histórico, quanto de um ponto de vista social e psicológico, que eles não vinculassem ao neoliberalismo a *blitzkrieg* econômica, que praticamente extinguiu da noite para o dia a economia da República Democrática Alemã, nem a “terapia de choque” nos antigos países socialistas da Europa Oriental com suas conseqüências devastadoras. O novo mundo de guerra civil onde foi outrora a Iugoslávia ou a União Soviética parecia-lhes ter tão pouca coisa em comum com os seus problemas, quanto o colapso dos projetos nacionais de desenvolvimento e modernização do Terceiro Mundo. A solidariedade com as vítimas e os horrores em face do evidente absurdo do curso do mundo vinculavam-se na esquerda, quando muito, a uma recusa geral do “capitalismo” enquanto tal, sem que ela prestasse atenção aos antagonismos internos na esfera de dominação, que se tornou sem fronteiras. Ou então as pessoas se deleitavam com sombria satisfação com o pretenso “colapso da modernização” em geral.

Totalmente surpreendente nesse espanto era uma outra ausência: assim como ocorreu por todo lado na Europa Ocidental, também na Alemanha

\* Professor do Instituto de Filosofia da Universidade Aberta de Berlim. Editor do periódico *Das Argument* e autor do livro *Crítica da estética da mercadoria*, publicado pela Editora da Unesp. Tradução do alemão por Isabel Loureiro.

se acumularam os protestos de grupos atingidos pela destruição de elementos do Estado social, pelas conseqüências da “privatização” e da “desregulamentação”. Nas instituições públicas da Educação e da Saúde, do Esporte e da Cultura, da Previdência Social e dos Transportes, etc. multiplicaram-se os fechamentos e as demissões, contra as quais pequenos grupos resistiam desesperadamente nas ruas. Professoras de jardim de infância protestavam junto com as mães e as crianças contra o fechamento dos jardins de infância, bibliotecárias protestavam contra o fechamento das bibliotecas públicas. Piscinas públicas encerraram suas atividades, os horários de visita aos museus diminuíram, ao passo que os preços das entradas aumentaram. Tudo foi eliminado, não só o que existia no presente, mas também o que dizia respeito ao futuro, como, por exemplo, planos de construções socioculturais. Conseqüências intermináveis decorrentes do corte de verbas levaram ao aparecimento de uma “terceiromundização” das universidades (públicas). Os estudantes fizeram greve contra a reintrodução de taxas; os metalúrgicos, sobretudo os trabalhadores da Daimler-Benz, contra a redução do pagamento de salário em caso de doença. Mas na Alemanha todas estas e muitas outras pequenas e grandes ações, inúteis ou bem sucedidas, permaneceram isoladas, e os grupos que saíam às ruas não se davam conta de que sofriam de maneiras diferentes as conseqüências de uma e mesma política. A conexão não se realizava nas cabeças. As árvores escondiam a floresta.

Antes dos alemães foram os franceses que aprenderam a soletrar “neoliberalismo”. Por algum tempo parecia que o exemplo francês ia frutificar, sobretudo quando os trabalhadores da Daimler-Benz, em frente aos portões da fábrica, desenrolaram uma faixa em que estava escrito: “Nós aprendemos francês”. Para desgosto do governo, os representantes do capital entenderam a estranha ameaça e precipitaram a retirada, é verdade que apenas em relação a alguns poucos pontos nevrálgicos, a fim de continuar a ofensiva em relação a outros. Entrementes algo mudou na percepção pública. Por último, foi o artigo de Bourdieu sobre a “idéia de Tietmeyer”, ao qual a “economia” (como são denominados neutramente os interesses capitalistas) revidou quase que imediatamente e que despertou a opinião pública liberal de esquerda.

Contudo, o conceito de “neoliberalismo” foi (e ainda é) posto na sombra pela palavra de ordem “globalização”. Para muitos esta é decididamente uma palavra que provoca terror e ódio. Parece-lhes mais correta a “luta contra a globalização” do que voltar-se contra o neoliberalismo. Os governantes assemelham-se a educadores em pânico, que precisam incitar seus povos em face da “globalização” a contínuos sacrifícios e desempenhos para que o desemprego pare de crescer e a decadência nacional cesse. Onde antes invocavam a concorrência dos “japoneses”, agora expõem a globalização como fatalidade econômica

inevitável a que os governados precisam adaptar-se preventivamente. Em contrapartida, a “globalização” é algo que parece também “globalizar” a resistência contra si, pois atinge não só os pobres, mas também os povos ricos, não só os “países em desenvolvimento”, mas também os países industriais capitalistas desenvolvidos ou, pelo menos, consideráveis grupos da população desses países. Mas a “globalização” é dessa forma sobre-determinada, pois o protesto frontal contra ela se encontra “sub-determinado” e condenado ao fracasso. Trovejar contra a globalização é o mesmo que ladrar para a lua. Por isso, o discurso da globalização tem que ser, antes de mais nada, “desconstruído”.

“Globalização” parece significar em primeiro lugar globalização do capitalismo, no sentido da construção de um único mercado mundial capitalista. “A história acabou”, apregoava-se a partir dos Estados Unidos no momento do colapso do socialismo de Estado. Desde então não há mais alternativa ao capitalismo, apenas concorrência na partilha do mundo pelos poderosos. A globalização revela-se assim, no varejo e no sentido ocultador do termo, como a coerção “neoliberal” em relação a esse processo: como política do livre comércio global no interesse dos “vencedores do mercado” em detrimento dos “perdedores do mercado”. Esta política aspira a dois outros atos complementares de destruição histórica: por um lado, leva à queda dos regimes desenvolvimentistas nacionais das sociedades pobres e, por outro, leva à destruição das estruturas de bem-estar social das sociedades ricas. Em ambas as esferas mundiais esta política trata de suprimir a proteção contra a concorrência de fora, de produtos no caso do “Sul”, ou de produtos e de força de trabalho no caso do “Norte” — no último caso certamente da maneira mais horrível, por meio da perseguição ao “trabalhador ilegal”, ao mesmo tempo que utiliza sua ilegalidade, tal como mostra penetrantemente o filme *El Norte*, de Gregory Nava. E mais. Com o termo “globalização” entende-se a luta que obriga a uma nova divisão do trabalho internacional. Curiosamente, o mesmo nome de “globalização” abrange igualmente a difusão, no mundo inteiro, de um modo de consumo padronizado de produtos padronizados de grandes empresas transnacionais, mas também o efeito global da destruição do meio ambiente ou a propagação de doenças (Aids), dependência de drogas e criminalidade (Máfia). Com esse nome é apresentada a criação de políticas e instituições contra tais pragas “globais”.

E, finalmente, será preciso lembrar que Kostas Axelos nos anos 60 via surgir a “época planetária”, ou que Henri Lefebvre, uma década mais tarde, praticava a “mundialização do marxismo”, isto é, a globalização do marxismo? Devemos deixar claro aqui que com a “globalização” de um feixe de fenômenos lidamos com uma ambivalência fundamental, tal como, em grande avanço sobre a sua época, foi esboçada pela primeira

vez há 150 anos no *Manifesto Comunista*: o “desaparecimento dos povos” (*Verschlingung der Völker*) na rede do mercado mundial capitalista foi ali reconhecido como o trilho sobre o qual o capitalismo é conduzido, simultaneamente com sua possível superação. Tais percepções resistem ao espírito do tempo. Na pressa de se desfazer da ambivalência fundamental, as belas almas e as consciências infelizes do presente caem, não menos que antes, numa contradição que não são capazes de suportar. O *Manifesto*, ao qual se podem censurar muitas fraquezas, tem razão no que se refere a esta questão. Portanto, não tem sentido lutar contra a globalização; é preciso lutar para dar-lhe um sentido humano, para fazer dela o que Gramsci denomina a “unificação cultural da humanidade”.

Com o termo “humanidade” não se está pensando numa idéia abstrata, mas numa realidade praticada. Olhar para trás em nome da “humanidade” não tem sentido, mesmo que fosse para mostrar que ela nunca existiu em tempos pré-capitalistas. Esta formulação pode ser imediatamente complementada: o olhar para trás mostra hoje que a humanidade como realidade prática ainda está Tateando, que uma humanidade dominada pelo capitalismo não é capaz de sobreviver.

É particularmente curioso que o conceito de “neoliberalismo” diga pouco aos alemães, uma vez que a ideologia neoliberal se produziu aqui, com uma intensidade quase religiosa, na Universidade de Friburgo. Friedrich August von Hayek transferiu a concepção darwinista da “sobrevivência do mais forte” para o plano das instituições sociais: o mais capaz sobrevive, o mais fraco morre. Como em todo social-darwinismo, principalmente o nazismo, não só são rejeitadas mas também difamadas como forças da degeneração todas as políticas e instituições que impedem tal processo de seleção. Para Hayek, os parlamentos são suspeitos porque sempre procuram intervir de maneira reguladora, socializante ou “humanizadora” no mercado. Será preciso lembrar que o golpe e em seguida a ditadura militar no Chile serviram para impor uma política econômica neoliberal? No início de 1990 quando a *perestroika* soviética agonizava, a *Komsomolskaja Prawda* publicou (“o mundo parecia de ponta cabeça”) uma longa entrevista de duas páginas com o general assassino Pinochet, que em nome da política neoliberal recomendava aos russos a receita: “É preciso cortar o rabo do gato”. O “rabo” eram os sindicatos, os direitos civis, o Estado social, etc.

Mas é preciso fazer uma pausa, as coisas não são assim tão fáceis! Se é falso manifestar-se contra a globalização, é igualmente difícil lutar contra o neoliberalismo. Sem uma autocrítica da esquerda nas suas diversas tendências não é possível uma crítica do neoliberalismo. A hegemonia da desregulamentação neoliberal é por fim a reação contra o não-funcionamento, tanto do regulacionismo social-democrata, quanto do

“modo de produção estatal” (Lefebvre) comunista. Quando se questiona esse “não-funcionamento” das duas diferentes formações inimigas, surge uma problemática complexa: ambas duraram muito tempo, o que é incompreensível sem investigar o “fordismo”.

Lembremos apenas como Gramsci analisou a transição para o fordismo, para sentirmos o quanto esses processos são perigosos, ligados que estão a crises econômicas e guerras mundiais, prenúncio da futura globalização. No seu tempo Gramsci reconhecia as formas (sob todos os pontos de vista altamente diferentes) de uma “fordização em atraso” (*nachholender Fordisierung*) ou de um “fordismo dos pobres”, por um lado, no fascismo dos Estados capitalistas, por outro, no stalinismo do socialismo de Estado soviético. Assim, se pudermos compreender o “comunismo” histórico da União Soviética como um “regime de fordização” estatal-absolutista, as formações keynesianas do capitalismo do *welfare*, de proveniência social-democrata, podem ser compreendidas como formações do fordismo triunfante. Os dois irmãos inimigos fracassaram no limiar da transição para o “pós-fordismo”.

O neoliberalismo, tal como hoje o conhecemos, funciona baseado num desenvolvimento das forças produtivas, tão turbulento quanto cheio de crises. Com isso entra em campo uma outra dimensão da “globalização”: as forças produtivas de alta tecnologia — e diga-se claramente que entre elas encontram-se também forças destrutivas e tecnologias da comunicação — são de alcance global e formam a infra-estrutura tecnológica da empresa transnacional de trabalho social. A consciência hoje dominante na esquerda não quer ter nada a ver com isso e tende espontaneamente a abandonar essa análise marxista elementar de tendências contraditórias, carregadas de potenciais históricos ambivalentes. Perplexa, persiste na sua aporia, não querendo voltar a um regime autoritário-administrativo de cunho stalinista, mas também não querendo ir além da configuração (*Gestaltung*) das forças históricas, pelo menos não em qualquer sentido que ouse ser construtivo. Pôncio Pilatos e não mais Prometeu é o ilustre santo do espírito do tempo. O estado espiritual da esquerda encontra-se condicionado pelo fato de, em face do fracasso da *perestroika*, ter evitado a problemática suscitada por ela, em vez de continuar ao menos a pensar teoricamente sobre as questões postas ali no início: relações de produção autoritário-administrativas centralizadas no Estado, com sua “decomposição do fator subjetivo” (Anatoli Butenko), podiam ser apropriadas, em termos de crescimento predominantemente extensivo, à introdução de um fordismo estatal e ao tipo de empresa baseado nele, mas eram muito pouco apropriadas à reprodução “intensiva” e, evidentemente, nada adequadas à transição para um modo de produção de alta tecnologia, com sua flexibilização e reposição estratégica dos indivíduos trabalhadores. Isso

para não falar do escárnio que representavam em relação às perspectivas marxistas originárias.

O elemento empreendedor e a iniciativa dos indivíduos precisavam ser recuperados pelos empresários capitalistas com sua monopolização da iniciativa e serem inscritos nas relações de produção, para que estas adquirissem de novo o atributo “socialista”. Os meios de comunicação de alta tecnologia, construídos tanto no capitalismo quanto no socialismo de Estado como meios de difusão unívocos e centralizados, precisavam continuar a desenvolver-se como meios de comunicação múltiplos (nos últimos meses na RDA, na curtíssima fase intermediária após a queda do regime autoritário-administrativo e antes da tomada do poder pelo Ocidente, a televisão deu um fascinante exemplo desse tipo de funcionamento novo, que devolveu aos conceitos “mídia” e “comunicação” seu significado).

Justamente o computador e a *Internet*, forças produtivas básicas (*Leitproduktivkräfte*) de alta tecnologia, com toda a sua ambivalência fundamental, poderiam permitir que surgisse um modo de produção que já não obrigasse os indivíduos a formas servis de divisão do trabalho nem à separação entre trabalho físico e intelectual e que, ao mesmo tempo e pela primeira vez, conduzisse a uma base técnica visando a democratização de uma planificação social de grande alcance. E não por último eles se tornaram também portadores de uma das formas políticas mais decisivas de um novo internacionalismo, utilizado pela primeira vez exemplarmente pelos zapatistas e seus defensores ligados à rede no mundo inteiro. A “globalização” alcançou aqui sorrateiramente a resistência contra o neoliberalismo, ou seja, conseguiu introduzir-se com sucesso na luta pela globalização e fazer da *Internet*, criada outrora para a estratégia da guerra nuclear dos Estados Unidos, o primeiro meio de comunicação de uma “humanidade” que se constitui fragmentariamente.